

SOBRE O SABER E O PODER N' O NOME DA ROSA

Júlio César Tadeu Barbosa

(Professor do IAC/PUCCAMP)

*"Ita verba in variis sententiis locis suis posita, et crebro audita, quarum rerum signa essent, paulatim colligebam, measque jam voluntates, edomito in eis signes ore, per hae enuntiabum."*¹

SANTO AGOSTINHO, *Confissões*, I/8.

O bem saber utilizar as palavras é uma tarefa difícil e muitos passaram à história por suas habilidades ao manuseá-las, como Cícero e Rui Barbosa. Por outro lado, se o homem avança seus conhecimentos em todas as áreas do saber, ocorre um empobrecimento gradativo dos usos da linguagem. Umberto Eco, em seu livro *O Nome da Rosa* (expressão medieval que designava o poder infinito das palavras) brinda os seus leitores com um romance genial em torno de atos e discursos, tendo buscado em múltiplas fontes os ingredientes para essa poção mágica com a qual nos embriaga e enleva.

As Palavras, seu Poder e Umberto Eco

O homem se apropria do mundo graças à palavra e ao seu infinito poder. Não houvesse a linguagem e não haveria comunicação nem modelos de comunicação, tal qual existem hoje. Platão, em um de seus diálogos, o *Crátilo* indagava se não procederíamos como os mudos, que indicam as coisas com as mãos, com a cabeça e o resto do corpo, caso não houvesse voz ou língua.

O poder e as possibilidades de utilização da palavra e da linguagem são tão imensos que dão lugar a um paradoxo, à medida que eles podem ser imaginados mas não enunciados até seus limites, que denomino de "**paradoxo da enunciação limite**".

“O pensamento é por essência simbólico, como a linguagem”² e é graças a esta identidade de natureza que o homem tem a possibilidade de se exprimir e os homens de se comunicarem. Mas, a palavra, por si só, é desprovida de sentido, o qual é dado pela associação do signo a algo existente na sociedade.

Assim, quando se vale da linguagem, o homem impulsiona simultaneamente “quatro sistemas”³ que se interagem reciprocamente e cujas relações são bem mais complexas e plenas de nuances que supõe sua descrição.

Se potencialmente somos todos aptos a falar, dotados que somos de “mensagens moleculares” (**sistema biológico**: a vida), por outro lado, necessário é que tenhamos sido treinados para emitir determinados sons (**sistemas lingüísticos**: a linguagem, mensagens verbais) e construir determinados signos (**sistemas simbólicos**: mensagens audiovisuais) que ganham sentido quando referidos a um **ethos** sócio-cultural (**sistema antropológico**: mensagens sociais), ou a determinados costumes.

O bem saber utilizar as palavras é uma tarefa árdua, e muitos passaram à história por suas habilidades ao manuseá-las, como o romano Cícero e, em nossas plagas, o baiano Rui Barbosa, para mencionar os mais conhecidos e citados (e estou tão-somente me referindo à palavra verbal, pois todos os que passaram à história no campo do pensamento, a rigor foi porque souberam fazer uso da palavra).

Se levarmos esta reflexão às últimas conseqüências tudo poderá ser reduzido aos “jogos da linguagem” que renderam dois tratados a Wittgenstein e muitos seminários a Lacan e alguns textos nem sempre sérios de Barthes, como o horrível **Sistema da Moda**. Assim, tudo se reduziria à **idéia** e à **forma**. No limite deste raciocínio, seríamos tentados a dizer (por absurdo que pareça) que um livro **bom** se distingue de um livro **mau** dada a capacidade do autor de justapor e compor palavras em torno de uma idéia (simbólica) de modo que provoque **sentido**, tendo **sempre** por referencial um sistema etnocultural.

Na verdade, não é bem assim, pois existem dimensões que escapam à palavra. Não conheceis, por acaso, a expressão “sentimentos indizíveis afogam minh’alma?” Se não a conhecem, tudo bem, pois acabei de inventá-la, mas creio que alguém disse algo parecido. Ademais, não é por aí que pretendo ir, ficando a ressalva para evitar reducionismos simplórios (no mais, Wittgenstein e Lacan somente serviram de exemplo para demonstrar até que ponto pode-se ir).

‘Ind’oje — e isto não é de Guimarães Rosa — despertam a palavra (e a linguagem) admiração, interrogação e perplexidade. Desde a antiguidade clássica, dedicam-se os homens a estudá-las, e em torno delas foi erigida toda uma parte do conhecimento humano, cujo auge se deu na

Idade Média, com os estudos de gramática, retórica e lógica. Ao mesmo tempo que a palavra faz o registro do saber humano, constrói-se um capítulo do saber sobre ela.

Por outro lado, se o homem avança seus conhecimentos em todas as áreas do saber — inclusive em relação às palavras — há um empobrecimento gradativo da linguagem (de seus usos) e, por que não, das pessoas ? Menos palavras designam mais coisas. Mudanças naquela complexa relação entre os “quatro sistemas”.

Os estudos de lingüística e semiótica se limitam a uns poucos iniciados, que se debruçam sobre os textos já clássicos de Saussure, Peirce, Wittgenstein e dos contemporâneos Jakobson, Chomsky e do finado Barthes, é claro.

E, o estudo da gramática — i. e., das regras da linguagem é o grande terror dos estudantes, que por outro lado iniciam um processo de utilização massiva de linguagem dos computadores. Os heróis que conseguem fazer a travessia até a Universidade, muitas vezes se mostram incapazes de articular dois conceitos mais elaborados. Problemas da “cultura de massas” e da “indústria cultural”, já apontado por inúmeros estudiosos e pesquisadores, como, p. ex., Umberto Eco.

Filósofo, crítico literário, ensaísta e semiólogo, Eco, cuja contribuição a esta área do conhecimento é bastante significativa (sem nenhum trocadilho), que agora nos brinda com um romance genial em torno de palavras, atos, discursos, a partir do próprio título: *O Nome da Rosa*, expressão medieval que designava... o poder infinito das palavras.

É de ser lembrado que os discursos da Idade Média são o teológico e o filosófico, e a nível de sistemas lingüísticos e semióticos isto se deve à existência de toda uma tradição medieval no estudo da retórica (i. e., das regras relativas à arte de falar e escrever de modo convincente e persuasivo), da gramática (estudo dos elementos constitutivos da língua) e da lógica (as leis do raciocínio).

Não foi por acaso que São Tomás de Aquino (1225/1274) escreveu suas *Questiones Disputatae* e as *Questiones Quodlibetales*, além de tudo, tremendos textos de lógica e retórica. A nível do “sistema antropológico” as bases nas quais se assentava o poder (Papado/Império) explicam a hegemonia dos discursos teológico e filosófico.

No século XIV (o século dos “fatos” d’O Nome da Rosa), e portanto, muito antes de Peirce e Saussure nascerem, “a gramática especulativa levou a uma teoria dos signos, que estabeleceu nítida distinção entre os **modi signandi** e os **modi significandi**.”⁴

Os **modi signandi** eram os signos ou designações “compreendendo a **vox** e a **dictio** (‘significante’ e ‘significado’)”⁵, sendo que os **modi**

significandi representavam o “sentido intencional” acrescentado aos **sig_nandi**. Este “intencional”, que guarda parentesco próximo com o significado que hoje lhe dá a fenomenologia, indica as possibilidades de construção do discurso.

As palavras atraem, dispersam, convencem, modificam, escondem, exaltam e condenam, como também podem libertar. Daí a observação de Wittgenstein, para quem “a linguagem funciona em seus usos, não cabendo, portanto, indagar sobre o significado das palavras, mas sobre suas funções práticas”⁶. Uma espécie de advertência a respeito dos discursos vazios e destituídos de qualquer conteúdo, mesmo que a abarrotado de palavras brilhantes. Neste sentido Wittgenstein privilegia o “sistema antropológico”, sendo, a meu ver, ambas as perspectivas válidas e não excludentes.

Entremos, pois, no mundo reconstruído por Umberto Eco através da palavra, um mundo fascinante, onde a principal arma para a manutenção do poder não era necessariamente um exército (ou a cavalaria), mas sim a proibição da palavra inconveniente e/ou questionadora, quer a

palavra escrita (em menor escala, por suas próprias limitações à época, pré-Gutenberg), dando origem aos tenebrosos ÍNDEX ou aos NIHIL OBSTAT, quer à palavra falada, daí as heresias e caça às bruxas, digo aos que discordavam da palavra oficial.

O índice e a censura estão ainda aqui entre nós.

Uma boa “leitura”.

A Forma

“Figurava el paraíso bajo una espécie de biblioteca.” Jorge Luis BORGES.

O Nome da Rosa é um romance singular. Por permitir uma multiplicidade de leituras que se sobrepõem, a sua “classificação” literária se torna complicada, porquanto quem se aventurar corre o risco de uma redução simplista, se não simplória.

De qualquer maneira, a sua construção se aproxima daquilo que é chamado de Ueberroman, o super-romance alemão, que representa o retrato de uma época, o romance dos grandes ciclos, como os de Jacob Wasserman, Herman Broch, Musil, Doderer, Elias Canetti⁷ e especialmente Thomas Mann. Segundo Franklin de Oliveira, “os super-romances são súmulas civilizatórias, sínteses enciclopédicas de determinado tempo social e humano, nas quais o grande personagem é a cultura”⁸. Neste sentido, **A Montanha Mágica** e o **Doktor Faustus** de Mann são verdadeiras obras-primas às quais se compara O Nome da Rosa.

A construção ou a retratação do mundo onde transitam os personagens é a mais próxima possível da realidade. Não se trata somente do personagem ou personagens centrais, mas também de sua classe social e os conflitos na sociedade em que estão inseridos. Na literatura italiana **A Consciência de Zeno** de Svevo é um texto (genial) com características do super-romance.

Em sua reconstrução Umberto Eco é tão fiel e minucioso que os menos avisados poderão ser levados a crer que se trata de uma narrativa sobre fatos que realmente aconteceram, especialmente pelas "explicações" na introdução. E, ao colocar personagens de ficção com conhecidas figuras históricas — uma das técnicas do romance policial moderno — o clima de realidade atinge os limites do possível.

O filósofo e religioso franciscano Francis Bacon, um dos precursores da idéia da técnica a serviço do homem, e que viveu entre 1214 e 1294, está sempre a falar através de seu discípulo e conterrâneo Guilherme "Sherlock" de Baskerville. O Superior-Geral da Ordem dos Franciscanos à época dos "fatos" narrados (novembro de 1327), Michele de Cesena, tem um encontro na Abadia inominada com uma legação papal chefiada por ninguém menos que Bernardo Gui (ou Guidonis). Michele, em 1328 teve de cair fora de Avignon juntamente com Guilherme de Ockam, o alter-ego de Guilherme de Baskerville (este se apropriou no discurso daquele ao refletir sobre as relações entre a Igreja e o Estado). Já Bernardo Gui, inquisidor brilhante (no sentido de conseguir de seus interrogados qualquer confissão), chegou até a escrever um manual sobre a arte o ofício da Inquisição, o **Practice (officii) inquisitiones haereticae pravitatis**, possivelmente por volta de 1315/20, e que foi um sucesso, pois 550 anos após, em 1886, foi lançada outra edição pela C. Douais de Paris, e uma edição em francês (tradução de G. Mollart e G. Dioux) em 2 volumes, em 1926.

Ubertino de Casale, outro franciscano, duro e asceta, cujo escrito (mencionado por Eco) **Arbor vitae crucifixae Jesu** (1305), influenciou os "fraticelli" e os "apostólicos", também está lá, causando confusão na cabeça do jovem Adso de Melk.

Eco reconstruiu artesanalmente um momento importante da Tardia Idade Média, onde o poder temporal e o espiritual começam a se separar, através das dissensões entre o Papado e o Império; os conflitos internos na própria Igreja, a propósito de questões nem sempre de doutrina ou da fé, mas sim pelo controle do trono de Pedro e tudo o que isso implicava. Lá estão Dulcino e Margherita, cátaros, valdenses (ou valdeses), albigenses, bogomilos e outros movimentos denominados heréticos. Quem quiser pode conferir tudo no **História da Igreja** de K. Billmeyer e H. Tuechle, vol. 2 (Ed. Paulinas, 1964, 3 vol.).

A ascensão das cidades e a perda do poder local (feudal) pelas Abádias, a transição para o que viria a ser o capitalismo comercial, enfim,

todos os conflitos que levam à Reforma dois séculos depois. A tudo isto Eco adiciona como fio condutor da narrativa um crime. Está pronto um dos maiores, se não o maior sucesso editorial dos últimos tempos (Salvo melhor juízo, nenhum outro texto vendeu tanto em tão pouco tempo, nem mesmo o primeiro Gabeira — **O que é isso, companheiro ?** — e o jovem Marcelo Paiva — **Feliz Ano Velho** —. Coisas inexplicáveis em um mercado consumidor cada vez mais desconhecido.)

O leitor por vezes se sente como um dos monges daquela misteriosa e desconhecida Abadia, quando não na pele do próprio Adso, o “narrador dos fatos”. Um Ueberroman policial, e isto que o torna de certa maneira único. Ao mesmo tempo, um texto bem erudito, pois em que pese as explicações de Adso de Melk aos seus leitores, nem tudo é compreensível ao **homo médio** que bater os olhos no texto. Nem tanto pelas inúmeras citações em latim (ou eventualmente em alemão) e não traduzidas, mas que são perfeitamente compreensíveis, à medida que os personagens reproduzem o seu sentido logo em seguida. Mas isto jamais é um defeito do texto ou de seu autor, que em **passant** remete os leitores à decadência das escolas claustrais, um processo que se inicia no século XI, e na raiz da qual está a origem das universidades.

Alguns estudiosos, em virtude daquela decadência, especialmente em Paris e em Bolonha, resolveram dedicar-se à profissão do ensino por conta própria. De acordo com Billmeyer e Tuechle, no início do século XII, em Paris, “nas adjacências da Catedral Notre-Dame, foi dado o passo decisivo, que devia conduzir à formação de novos institutos da alta cultura universal”⁹. Ministrava-se teologia, direito, medicina e filosofia (**artes liberales**) sendo que esta dava os fundamentos para o estudo daquelas. Em pouco tempo, os professores de Paris uniram-se numa corporação, obtendo reconhecimento civil e religioso, além de importantes privilégios, dentre os quais autonomia administrativa e jurisdição própria. A passagem de Tomás de Aquino (1225/1274) pela Universidade de Paris consolidou sua reputação como centro de ensino de filosofia e teologia.

“Do século XIII ao XV, a universidade de Paris, representou, de certo modo, ao lado do Sacerdotium (papado) e do Imperium (império) a terceira grande potência do Ocidente e teve também freqüentemente parte relevante na política.”¹⁰

A origem do nome Sorbonne data de 1257, o qual deriva de Robert de Sorbon, capelão da corte de Luís, posteriormente canonizado, e que criou uma fundação para estudantes pobres.

Em uma das passagens d’**O Nome da Rosa** Adso se lamenta sobre a decadência do poder das Abadias:

“... E tanto mais (loucura !) que agora os nossos mosteiros perderam também o louro da sabedoria: agora as escolas cate-

drais, as corporações urbanas, as universidades copiavam livros, talvez mais e melhor que nós, e produzia, novos — e talvez esta fosse a causa de tantas desventuras.” (p. 216)

O Nome da Rosa é também uma reflexão sobre o poder, que pode ser sintetizada numa das falas de Guilherme:

“E se procurar justamente um sinal de justiça, te direi que um dia os grandes cães, o papa e o imperador, para fazer as pazes, passarão por cima dos corpos dos cães menores que se pegaram a serviço deles. E Michele e Ubertino serão tratados como hoje foi a tua mocinha.” (p. 460)

As interpretações podem ser múltiplas, como todo o texto. Desde a perspectiva daquilo que Foucault chama de “microfísica do poder” até mesmo a das relações globais entre as superpotências (v., p. ex., nos acordos de Potsdam e falta a “questão grega”; Reagan mais de uma vez já se mostrou disposto a queimar os “cães menores”, i. e., a Europa Ocidental, se no conflito com os soviéticos isto garantir a sobrevivência dos americanos; etc. etc. etc.) os exemplos abundam.

Sem se compreender o quadro histórico, não é possível se entender as causas que levam ao assassinato sucessivo de seis monges. Uma leitura atenta do que se passa na manhã do segundo dia fornece ao leitor elementos extremamente significativos. Mas, leda ilusão se alguém pensa que já aí pode imaginar o final, ainda que o culpado seja sempre o mor-domo.

A Idéia

A nível de conteúdo, segundo as possibilidades típicas de *Kaiser*, diria que **O Nome da Rosa** é um romance de espaço, tal como a maioria dos romances dos grandes ciclos.

“Caracteriza-se o romance de espaço pela multiplicidade de cenários, nos quais se desenrolam os acontecimentos; estes, quando apresentados sob forma de episódios, podem assumir papel relevante, independentemente de se tornarem experiência vivida dos personagens e de adquirirem, assim, particular significado autônomo.”¹¹

Neste sentido a Abadia é a própria simbolização do Poder em decadência, representando a segurança em um mundo que se desmorona, o refúgio deste Poder contra o mundo exterior (as cidades) que escapam ao seu controle. Se a Abadia representa o Poder, a biblioteca é a guardiã do saber, que possibilita por seu turno a manutenção do Poder. O saber é uma caixa de Pandora que uma vez aberta libera forças incontroláveis que destruirão ou apressarão a derrocada do ordem vigente. O saber está fragmen-

tado, disperso pelos livros, e dentre eles, alguns jamais deverão ser dados conhecer, e se necessário, poder-se-á até matar, desde que eles permaneçam intocados. Ainda que os assassinos e os mortos sejam todos monges.

“A biblioteca é testemunha da verdade e do erro” diz Jorge de Burgos (p. 157) e o erro ou o que pode induzir a ele deve permanecer distante dos olhos e mentes de todos, até mesmo do Abade. O conhecimento do erro — erro no caso é o saber questionador das estruturas vigentes — representa o próprio demônio que deve ser exorcizado. Este é o papel de Jorge de Burgos: um exorcista do conhecimento, um conservador em defesa do Poder decadente, inimigo da renovação. Como queiram, um reacionário.

Quem se der ao trabalho de ler a introdução do **Apocalípticos e Integrados** (Ed. Perspectiva) do mesmo Eco, encontrará um prenúncio do que viria n’O **Nome da Rosa**. Os argumentos que São Bernardo desenvolveu contra a “cultura de massa” no seu **Apologia ad Guillelmun Sancti Theodorici Remensis Abbati** (citados por Eco) foram esgrimidos por Jorge de Burgos contra Guilherme de Baskerville a propósito da ilustração de alguns livros (p. 101). Além disto, espelhos, bibliotecas, heresiarcas, citações em latim etc.

No mais, Jorge é um apocalíptico (duplamente) e Guilherme um integrado. Jorge é apocalíptico (no sentido de Eco) e portador de um discurso apocalíptico (no sentido bíblico). Coisas de semiólogo.

Quando se considera que os indivíduos na Idade Média estavam presos a uma rigorosa disciplina imposta pela Igreja, onde predominava a idéia de contemplação a um Deus que acima de tudo punia os desobedientes, é que a questão do RISO colocada por Eco como o pomo da discórdia no texto assume toda a sua dimensão. As regras beneditinas restringiam o próprio ato de falar. Imagine-se rir (hoje “é o melhor remédio”).

Em trecho de entrevista concedida a uma revista semanal a propósito d’O **Nome da Rosa**, disse Umberto Eco que “há muito pretendia assassinar um monge”¹². Profundo conhecedor da Idade Média, ele próprio um dos intérpretes do pensamento de Santo Tomás de Aquino, Eco deve ter tido um **insight** genial, ao pensar colocar no centro de toda a disputa um livro somente conhecido por deduções e referências indiretas, do filósofo em voga na época, e que tratava justamente do riso (da comédia).

A introdução e difusão do pensamento aristotélico no seio da Igreja, iniciada por Alberto Magno e complementada e aumentada por Santo Tomás de Aquino, carrou mudanças em estruturas quase milenares. A mudança na exegese dos textos bíblicos, até então calcada no pensamento agostiniano-platônico pressupunha mudanças nas atitudes, expectativas e comportamentos. E no discurso, também. Mudanças contra as quais se

opôs o teólogo franciscano John Pecham, posteriormente arcebispo de Canterbury, e que polemizou com o Doutor Angélico por volta de 1260. Cerca de 50 anos depois, em 1327, é Jorge de Burgos quem demonstra inconformismo. Vide a sua fala à página 531, que dispensa quaisquer comentários.

Numa época de transição, vale tudo para a manutenção do discurso hegemônico. Ou para mudá-lo. Desde a questão da pobreza posta pelos franciscanos, e que tanto incomodou o Papado até o rir-ou-não-rir o texto está permeado de diálogos a propósito do verdadeiro e do falso. A nível de discurso, e o sabem por excelência os semiólogos, o verdadeiro e o falso são construídos com conceitos que são construídos com juízos que são construídos com termos que são construídos por gente.

A **Poética** é constituída de uma série de ensaios sobre “artes visuais, musicais e da palavra”¹³ e sua autoria é geralmente atribuída a Aristóteles, sendo considerada por alguns como um alargamento dos capítulos V e VII do livro III da **Política** (que trata da educação). Nela não há maiores referências à comédia (enquanto gênero artístico), que “é um assunto sobre qual Aristóteles se poderá ter pronunciado mais demoradamente numa segunda parte de sua **Poética**”¹⁴. Assim, supõe-se que exista uma segunda parte (ou Segundo Livro) da **Poética**, mas que está perdida (graças a Jorge de Burgos). O conteúdo do Segundo Livro é deduzido a partir de outros textos como o **Tractatus Coislinianus**, manuscrito do século X, cujo conteúdo dataria do século I a.C., e que está na Biblioteca Nacional de Paris (na Coleção Coislin, daí seu nome). (A propósito do Segundo Livro, veja-se “On the Second Book of Aristotle’s **Poetics** and the source of Theophrastus’ definition of Tragedy” in **Havard Studies in Classical Philology**, XXVIII, 1917, pp. 1 – 46.)

Como Considerações finais: Canetti e Die Blendung

Um livro onde Umberto Eco seguramente buscou alguma inspiração foi **Die Blendung** (traduzido com o título de **Auto-de-Fé**, Ed. Nova Fronteira) de Elias Canetti, cujo personagem central é o sinólogo Peter Kien. Diria que Eco apossou-se da alma de Peter Kien e fragmentou-a entre seus monges, cabendo a maior quota a Jorge de Burgos.

Kien, como Jorge, jamais sorri. Kien conversa com seus livros, e sua idéia de massa, ainda que dita pelo filósofo Meng, não poderia ser mais igual que a de Jorge de Burgos:

“Eles agem e ignoram o que estão fazendo: têm seus hábitos e não sabem por quê; caminham através de toda sua vida e, no entanto, desconhecem a sua senda; assim são eles, os homens de massa” (**Auto-de-fé**, p. 124).

Tanto para Kien como para Jorge, as massas devem ser conduzidas, executar e não pensar, obedecer e não questionar.

Entretanto, e muito a propósito por parte de Eco, se Jorge é cego o maior horror para Kien é a cegueira. Ao pensar na possibilidade de ficar cego, ou mesmo quando via um cego, arrepiava-se Peter Kien, entrando em pânico. Kien jamais compreendeu porque os cegos não se suicidavam. Por sua cabeça passava a história de Eratóstenes, o mais famoso bibliotecário do mundo antigo (e também pesquisador universal), cuja biblioteca, a de Alexandria (terra de Aymaro) chegou a possuir cerca de meio milhão de rolos, e que se deixou morrer de inanição aos 80 anos ao perceber ter sido acometido de um processo de cegueira.

“Este **grande** exemplo, o **pequeno** Kien, com uma biblioteca constituída de tão-somente vinte e cinco mil volumes imita-lo-á facilmente quando vier a hora” (p. 27).

Mas, apesar de sua visão Peter Kien é cego, ao passo que Jorge de Burgos tem uma ótima visão, apesar de cego. Therese Krumbholz é a realidade que sufoca Kien, que sempre se recusa a vê-la. Quando pensa vê-la, perece, em um delírio insano. Jorge enxerga a realidade em mutação, mas quer evitá-la. Não o podendo, perece, pensando que com isso retarda as mudanças.

O diálogo ao final entre Peter Kien e seu irmão Georges, em nada fica a dever aos melhores diálogos entre Jorge de Burgos e Guilherme de Baskerville, ou nos travados entre os membros da legação papal e os franciscanos. Todos são impressionantes ao comum dos mortais pela erudição e cultura universais sólidas e profundas, aliadas ao conhecimento de ló-gica e psicologia comportamental. Impagáveis.

Se não sabemos se Jorge tem visões, Adso as tem e elas muitas vezes lembram os delírios constantes de Peter Kien. A biblioteca de Peter Kien, guardadas as proporções, é, a seu modo, tão bem protegida quanto a da Abadia.

“Todo dia Kien agradecia a Deus a realização de seu desejo supremo: a posse de uma biblioteca rica, bem organizada, isolada em todas as direções, onde nenhum móvel supérfluo, nenhuma criatura desnecessária podiam desviá-lo de pensamentos sérios.” (p. 28).

Kien em sua atividade de sinólogo, ao decodificar, reconstituir e traduzir textos que se imaginavam perdidos, lembra a de todos os outros monges que trabalham na biblioteca: os copistas, miniaturistas, os tradutores do grego e do árabe etc.

O final de ambas as bibliotecas é o mesmo, e as interpretações são várias. Deixo-as ao critério do leitor. O final de um estilo de vida, acima de tudo.

Enfim, em múltiplas fontes buscou Eco os ingredientes para nos servir sua poção mágica, ao mesmo tempo diabólica porque nos embriaga e divina porque nos enleva. Acho que todos que dela se serviram ficaram satisfeitos e extasiados. Saúde.

Notas Bibliográficas

- (1) "Assim, paulatinamente aprendi a compreender quais coisas eram designadas pelas palavras que eu repetidamente ouvia em diferentes frases, e uma vez que habituara minha boca a esses signos, exprimia minha vontade." (versão livre do texto latino).
- (2) CLARET, Jacques. **A idéia e a forma – problemática e dinâmica da linguagem**, trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio, Zahar, 1980, p. 35.
- (3) Adoto a formulação usualmente aceita pelos lingüístas de maneira geral.
- (4) CLARET, J. op. cit., p. 45.
- (5) id. ib.
- (6) WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**, trad. de José Carlos Bruni, São Paulo, Abril-Cultural, Col. "Os Pensadores", 2ª ed., 1979.
- (7) A propósito do Uberroman, veja-se, p. ex.: a) de Jakob Wassermann os romances do ciclo Maurizius, **O Processo Maurizius** e **Etzel Andergast**; b) a trilogia de Broch: **Pasenow oder die Romantik**, **Esch oder die Anarchie** e **Huguenau oder die Realismus**; c) do austríaco Robert Musil **Der Mann ohne Eigenschaftem**; d) de Heimito von Doderer **Die Dämonen**; e) de Elias Canetti **Die Blendung** (**Auto-de-Fé**, ed. Nova Fronteira) e f) de Thomas Mann, dentre outros **Der Zauberberg** (**A Montanha Mágica**, ed. Nova Fronteira) e o **Doktor Faustus**.
- (8) OLIVEIRA, Franklin. "Entrada no alumbramento". In BROCH, H. **A morte de Virgílio**, Rio, Nova Fronteira, 1982, p. 14.
- (9) BILLMEYER e TUECHLE, op. cit., p. 327.
- (10) id. ib.
- (11) ROSENTHAL, Erwin T. **O universo fragmentário**, trad. de Marion Fleischer, São Paulo, Nacional/EDUSP, 1975, p. 54.
- (12) VEJA. São Paulo, 7-dez-1983, p. 133.
- (13) WIMSATT JR., W & BROOKS, C. **Crítica Literária**, trad. de Ivete Centeno e Armando de Moraes. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed., 1970, p. 61.
- (14) id. ib.